



DIÁRIO OFICIAL

da Câmara

República Federativa do Brasil
Estado do Pará - Belém

CIRCULAÇÃO: 06, 07 e 08 de abril de 2020

ANO XXXVII Nº 1882

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

MESA DIRETORA

MAURO CRISTIANO FREITAS

Presidente – DC

FABRÍCIO GAMA

1º Vice-Presidente – PSD

SIMONE CAROLE C. KAHWAGE DOS SANTOS

2º Vice-Presidente – PRB

JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE

1º Secretário – MDB

HENRIQUE DE CAMPOS SOARES JUNIOR

2º Secretário – PDT

JOSE EMERSON CAMPOS SAMPAIO

3º Secretário – PP

AMAURY DE SOUZA FILHO

4º Secretário – PT

VEREADORES

BLOCO DC / PODEMOS / AVANTE

AVANTE Dr. ELENILSON SANTOS – Líder

PODEMOS Prof. ELIAS – Vice-líder

PODEMOS PABLO FARAH

AVANTE RILDO DE OLIVEIRA PESSOA

DC MAURO CRISTIANO FREITAS

BLOCO PMN / SOLIDARIEDADE / PATRI / PR

PR CLEOSON SOUZA DA SILVA (Bieco) - Líder

PATRI MARCIEL SARATIVA DE ALMEIDA – Vice-líder

SOLIDARIEDADE JOSÉ WILSON COSTA ARAÚJO (Zeca Pirão)

PMN FABRÍCIO PEREIRA DA GAMA

BLOCO PTC / PSD

PTC LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR - Líder

PSD SILVANO OLIVEIRA DA SILVA – Vice-líder

PSD PROF. NILDA PAULA

BANCADA DO MDB

MDB JOAQUIM ARISTIDES ARAÚJO CAMPOS - Líder

MDB BLENDA CECÍLIA ALVES QUARESMA – Vice-líder

MDB JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE

BLOCO PSDB / PSL

PSDB NEHEMIAS GUEDES VALENTIM – Líder

PSDB PAULO QUEIROZ – Vice-líder

PSDB MOA MORAES

BLOCO PSC / PPS

PSC JOSÉ MARIA DINELLY - Líder

PSC CELSO SABINO DE OLIVEIRA SOBRINHO – Vice-líder

PPS WELLINGTON PROGÊNIO MAGALHÃES

BLOCO PDT / PSB

PSB IGOR ANDRADE – Líder

PDT MARCO ADRIANO ALBUQUERQUE COELHO – Vice-líder

PDT HENRIQUE DE CAMPOS SOARES JUNIOR

PSB GLEISSON OLIVEIRA

BLOCO PCdoB / PT

PT AMAURY DA APPD – Líder

PCdoB ALTAIR DE LIMA BRANDÃO – Vice-líder

BANCADA DO PSOL

PSOL FERNANDO ANTONIO MARTINS CARNEIRO – Líder

ENF. NAZARÉ LIMA – Vice-líder

FRANCISCO ANTONIO DE ALMEIDA (Dr. Chiquinho)

BANCADA DO REPUBLICANOS

PRB ANTONIO OLIVEIRA DE LIMA – Líder

SIMONE CAROLE C. KAHWAGE DOS SANTOS

WILSON NETO

BANCADA DO PP

PP JOSÉ EMERSON CAMPOS SAMPAIO

SEM PARTIDO

NENÉM ALBUQUERQUE

PORTARIA Nº 0215/2020, de 08 de abril de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO as celebrações da Semana Santa

RESOLVE:

FACULTAR, o expediente da Secretaria da Câmara Municipal de Belém, bem como suspender os trabalhos legislativos no dia 09.04 (quinta-feira) do corrente ano.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 08 de abril de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2020, de 04 de março de 2020.

Concede o Diploma “Serzedelo Corrêa” à Senhora **Irlana Rita de Carvalho Chaves Rodrigues**, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, estatui e a Mesa promulga e publica o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Diploma “Serzedelo Corrêa” a Senhora **Irlana Rita de Carvalho Chaves Rodrigues**.

Art. 2º. A honraria que trata o presente Decreto Legislativo será entregue em Sessão Solene, a realizar-se no Plenário da Câmara Municipal de Belém, em dia e hora previamente designados.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua Publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 04 de março de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATO Nº 376/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

DECLARA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, CUMPRIDO ESTÁGIO PROBATÓRIO LEGAL, DE SERVIDORES CONCURSADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, FACE APROVAÇÃO NO CURSO Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A COMISSÃO EXECUTIVA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município de Belém – LOMB E NO Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar, para todos os efeitos legais, o cumprimento de estágio probatório de lei, principalmente o Artigo 41 da Constituição Federal Brasileira de 1988, face aprovação no Concurso Público nº 001/2012, promovido por este Poder, e suas consequentes avaliações, periódicas e final, devidamente apuradas por suas respectivas chefias imediatas e por competente Comissão Avaliadora, onde obtiveram conceito “Excelente”, no desempenho das funções destinadas aos servidores abaixo-relacionados.

1. **Caroline Real de Oliveira – (Matrícula: 1500036-1);**

2. **Cassio Alves da Costa – (Matrícula: 1500034-1);**

3. **Jorge Edson Brito Mendes – (Matrícula: 1500031-1);**

4. **Sabrina de Jesus Oliveira – (Matrícula: 1500033-1);**

Art. 2º. Este Ato tem seus efeitos retroagidos a 01 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA E PUBLIQUE-SE

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, de 12 de fevereiro de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

MATÉRIAS PUBLICADAS NESTA EDIÇÃO

ATOS.....	01
ATAS.....	04
DECRETO LEGISLATIVO.....	01
RESOLUÇÃO.....	02
PORTARIAS.....	01
LEI Nº 9.560, DE 07 DE ABRIL DE 2020.....	01

DIÁRIO OFICIAL

da Câmara Municipal de Belém

Sede: Palácio "Vereador Augusto Meira Filho"

End: Travessa Curuzu, nº 1755 – Marco

CEP: 66093-802 Belém – Pará

Homepage: www.cmb.pa.gov.br

Editado: Divisão de Comunicação Social – DICOS/CMB

Responsável: Flávia Moreira Garcia de Lima – Chefe DICOS

Registro nº 2719 – DRT / PA

Impresso: Setor de Imprensa Oficial – SIOF/CMB

Responsável: Elisa Bronze Correa – Chefe SIOF

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas ATRIBUIÇÕES LEGAIS e, por força do disposto no § 7º, do art. 78 da Lei Orgânica do Município de Belém, promulga a seguinte Lei, referente ao **Projeto de Lei nº 002/20**.

LEI Nº 9.560, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Institui no Município de Belém, o **Dia Municipal de Conscientização sobre o Herpes-zoster**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belém, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Belém, o Dia Municipal de Conscientização sobre o Herpes-zoster, a ser comemorado, anualmente, no dia 17 de outubro.

Parágrafo único. A comemoração ora instituída passará a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Belém.

Art. 2º. O Dia Municipal de Conscientização sobre o Herpes-zoster tem o objetivo de:

I – sensibilizar a sociedade belenense sobre o herpes-zoster, suas causas, sintomas e meios de tratamento; e

II – combater o preconceito acerca desta doença.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Belém, em 07 de abril de 2020.

Vereador MAURO FREITAS
Presidente da Câmara Municipal de Belém

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 07 DE ABRIL DE 2020.

Adita-se o artigo 49-A à Resolução nº 15, de 16 de dezembro de 1992, Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, instituindo as "Sessões Virtuais", e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica aditado o art. 49-A à Resolução nº 15, de 16 de dezembro de 1992, Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, para instituir as "Sessões Virtuais", compreendidas por um sistema virtual de discussão e votação de proposições legislativas, nos termos:

"**Art. 49-A.** A critério do Presidente poderão ser convocadas as sessões previstas no art. 47, II e III, e realizadas por meio eletrônico denominado "sessão virtual", assegurando no que for possível o rito previsto no Regimento Interno.

§1º Por Ato da Comissão Executiva, será designado os meios tecnológicos disponíveis aos senhores parlamentares para a efetivação do previsto no caput do art. 49-A.

§2º A sessão virtual, convocada nos termos regimentais, com dia e horário determinados, terá a sua pauta definida pelo presidente e juntamente com avulsos que serão publicados no site da Câmara Municipal de Belém

§ 3º. Somente serão submetidos ao sistema virtual de votação os projetos que estiverem em condições de pauta, nos termos do caput do art. 98 deste Regimento;

§4º As sessões virtuais poderão ter horários coincidentes com os das sessões ordinárias e extraordinárias, nos quais será disponibilizado o tempo de cinco minutos destinados à discussão, bem como encaminhamento de votação para requerimentos e projetos; e três minutos para justificativa de voto,

§5º A sessão virtual deverá ser gravada, para fins de arquivo, registro taquigráfico, e da ata da sessão que será publicada no diário oficial da Câmara Municipal de Belém.

§6º Aplicam-se às sessões virtuais a disciplina regimental das sessões ordinárias e extraordinárias, no que couber." (AC)

Art. 2º. Acrescenta inciso VI ao art. 47 da Resolução nº 15, de 16 de dezembro de 1992, Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, nos seguintes termos:

"(...)

Art. 47. ...

VI – virtuais, quando convocadas pelo Presidente, na forma do art. 49-A." (AC)

Art. 3º. Estão convalidadas todas as sessões ordinárias e extraordinárias realizadas de forma remota, virtual ou com recursos tecnológicos que tenha viabilizado a realização da sessão não presencial via internet, com o atendimento do rito regimental das referidas sessões

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Belém, em 04 de março de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No segundo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência da vereadora Simone Kahwage. Esta solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico iniciado o Horário do Expediente, pronunciou-se o vereador Toré Lima e disse esperar que nesta semana o Banco do Estado do Pará – Banpará decidisse adotar para os servidores deste poder o mesmo tratamento dispensado aos funcionários públicos estaduais. Em caso contrário, adiantou, remarcaria a sessão especial que solicitara para tratar do assunto. Aludiu depois ao lançamento pela Igreja Católica da Campanha da Fraternidade 2020, na quarta-feira anterior, com o tema "Fraternidade e vida: dom e compromisso" e o lema "Viu, sentiu compaixão e cuidou dele". O objetivo da campanha é colocar em prática ações para ajudar as pessoas com necessidades diversas em todo o país, divulgou. A Igreja Católica mais uma vez trazia para a sociedade a reflexão sobre a importância de os seres humanos cuidarem uns dos outros. Inspirado pelo lema, continuou, iniciava a semana de trabalho parlamentar sabendo que os membros desta Casa se preocupavam com o desenvolvimento socioeconômico de nossa cidade, mas sobretudo com o ser humano. Julgou ser muito acertado o tema da campanha ao propor que não apenas as reflexões, mas principalmente as ações visassem ao benefício das pessoas, preconizando o exercício da alteridade, de enxergar o outro, que não é irmão de sangue, mas é irmão em Cristo. Pediu a todos o engajamento nesta Campanha da Fraternidade, que trazia um debate contemporâneo, exaltando a compaixão e a tolerância entre as pessoas. Parabenizou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB pela excelente escolha do tema e do lema da campanha, conclamando todos a vivenciá-la diuturnamente para que pudéssemos crescer como seres humanos. Solidarizou-se depois ao vereador Joaquim Campos por ele ter sido suspenso de seu exercício profissional como apresentador de programas jornalísticos pela emissora RBA TV. Toré Lima considerou que Joaquim fora punido ao exercer seu direito à livre manifestação como parlamentar desta Casa na sessão anterior. Não podia haver, em hipótese alguma, cerceamento à liberdade de expressão de um membro deste parlamento, estabeleceu. Parabenizou depois a diretoria do clube Vitória da Marabá pela conquista, no dia anterior, do campeonato de futebol de novos naquele bairro, envolvendo os conjuntos Médici I e Médici II. Posteriormente assumiu a palavra o vereador Fernando Carneiro e relatou ter participado, no dia anterior, da II Marcha Contra o Trabalho Infantil, que percorreu a Avenida Presidente Vargas da escadinha até a Praça da República e seguiu pela Avenida Nazaré, reunindo milhares de pessoas. Sublinhou a importância desse movimento por ainda convivermos com a chaga do trabalho infantil e lamentou a postura condescendente do presidente Jair Bolsonaro em relação a essa realidade. Considerou que deveria haver por parte do governo federal uma campanha permanente contra tal prática. As crianças precisam de uma alimentação de boa qualidade, de um atendimento em saúde de boa qualidade, precisam brincar e estudar, salientou. Na contramão disso, observou, ocorreu um corte de 9 bilhões de reais nos investimentos em saúde no ano anterior e possivelmente mais 9 bilhões de reais deixariam de ser investidos neste ano por conta da emenda à Constituição Federal, aprovada em 1995, que congelou os investimentos em saúde e educação por vinte anos. Questionou o futuro que teriam as crianças se tais verbas estavam sendo reduzidas em nosso país. Perguntou retoricamente se a saída seria colocar nossas crianças para trabalhar, respondendo que não, pois o Brasil não é um país pobre, está e sempre esteve entre as dez maiores economias do mundo. Julgou um absurdo a redução do investimento em áreas tão essenciais. Apontou depois o crime de responsabilidade cometido pelo presidente Jair Bolsonaro convocando manifestações em defesa de seu governo e contra o Judiciário e o Legislativo durante o último carnaval. Ponderou ser direito de qualquer cidadão protestar desse modo, mas era inaceitável que o chefe do Executivo convocasse um ato para desacreditar os dois outros poderes, pois isso quebra o equilíbrio constitucional, constituindo um crime. Avaliou que o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional não teriam coragem para enfrentar o Executivo, mas era fato indiscutível ter ocorrido um crime de responsabilidade, previsto na Constituição. Posteriormente, Jair Bolsonaro, de forma covarde, negou ter dito o que dissera,

afirmando que o vídeo por ele compartilhado nas redes sociais era do ano de 2015. Entretanto, no vídeo apareciam imagens da fachada sofrida por Bolsonaro em 2018. Externou depois ser um dos maiores defensores da liberdade de expressão, da defesa de ideias nesta Casa, atentando-se, porém, ao decoro parlamentar. Contou ter, por diversas vezes, conversado com o vereador Joaquim Campos e explicou que usar expressões como vagabunda para referir-se à vereadora Marielle Franco e bandidos para referir-se à esquerda não cabia neste parlamento. A crítica política, ressaltou, precisa ser feita, sendo isso um direito e uma obrigação dos vereadores, mas é moralmente inaceitável ameaçar ou ofender qualquer pessoa. Disse ter ficado surpreso com o impacto que o fato tivera na sociedade, pois Joaquim Campos já vinha agindo desse modo havia muito tempo. Manifestou concordar com o que expusera anteriormente o vereador Toré Lima: o direito à palavra e à opinião do parlamentar é inalienável. Porém é necessário manter o respeito e o ocorrido deveria alertar os membros deste parlamento de que suas declarações têm repercussão. Os vereadores deveriam dar exemplo em seus pronunciamentos e condutas, inclusive no que tangia à participação nas sessões legislativas. Lastimou o pequeno número de itens em pauta, observando haver grande número de projetos de lei estacionados nas comissões deste Poder. Destacou serem funções dos vereadores fiscalizar o Executivo municipal e aprovar projetos de lei em benefício da sociedade e que estes têm direito à livre expressão de ideias e posicionamentos. Devem, entretanto, manter o decoro em relação a seus pares e a qualquer pessoa, pois ataques morais não podem ser feitos. Subiu posteriormente à tribuna o vereador Igor Andrade e parabenizou a Prefeitura Municipal de Belém – PMB, através da Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente – Sesma, por estar reinaugurando o Hospital de Pronto Socorro Municipal Humberto Maradei Pereira, HPSM do Guamá, com ampliação do número de leitos de 68 para 93, sendo 10 de UTI. A Unidade de Pronto Atendimento da Terra Firme - que durante muito tempo atendera a demanda dos bairros de Canudos, Terra Firme e Guamá – receberia reformas e readaptações e posteriormente retomaria suas atividades, servindo à população daquela região ao lado do HPSM do Guamá, informou. Tratou depois da reforma da Praça Helena Coutinho, na Rua Roso Danin, iniciada ainda em 2017. Explicou que a primeira empresa responsável deixou obra inacabada, outra empresa assumiu os trabalhos, mas também não a finalizou. Contatado pelos moradores da área no sábado anterior, lá compareceu e com eles se reuniu. Segundo averiguou, o trabalho estava paralisado devido à falta de pagamento à firma construtora. Inteirou ter protocolado um requerimento solicitando esclarecimentos à PMB quanto a essa informação. Não estando ainda vencido o prazo para a finalização da reforma, manifestou a esperança de que ela ainda fosse concluída no último prazo previsto, faltando para isso ainda quatro meses. Fez notar já estar concluído o serviço de drenagem e pavimentação da Rua Roso Danin. Faltava então terminar a reforma da Praça Helena Coutinho para dar à população do Bairro de Canudos mais um espaço de lazer. A praça estava fechada por tapumes desde 2017, sendo que estes já haviam sido, por duas vezes, roubados. Entretanto, quando lá esteve, não viu nenhum funcionário, havendo risco de ocorrer um novo roubo, alertou. Revelou que na manhã deste dia, antes de vir à CMB, pedira a um assessor que fosse à praça e novamente lá não havia funcionário algum. Externou não entender como uma obra simples pudesse passar tanto tempo sem conclusão. Devido aos tapumes, continuou, à noite a área tornara-se insegura porque, segundo relatos dos moradores, alguns meliantes ali se escondiam para assaltar os transeuntes. Aditou que os motoristas das linhas de ônibus que tinham ali o final de seu percurso diziam ter medo por ficar com os veículos parados no local sem poder visualizar o outro lado da praça. Pediu à PMB que a obra fosse concluída o mais rapidamente possível, embora entendesse não ser fácil lidar com as dificuldades financeiras. Apesar disso, reiterou, esperava que o trabalho ainda fosse concluído dentro do prazo anteriormente estipulado. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do MDB, Joaquim Campos homenageou sua mãe, que tinha 86 anos de idade, radialista, da qual muito se orgulhava, tendo ela atuado em teledramaturgia nas antigas novelas do rádio. Comentou depois ter sido publicamente “fritado”, mas passara onze dias calado, pois se aqui gerara um problema, aqui devia resolvê-lo e não nas redes sociais. Agradeceu as palavras dos vereadores Toré Lima e Fernando Carneiro e pediu desculpas à jornalista Patrícia Campos pelo que a ela dissera de ofensivo. Garantiu que em trinta e anos de jornalismo sempre defendeu a categoria profissional a que pertencia, mas talvez não o tivesse feito no parlamento. As três vereadoras deste parlamento e as funcionárias da Casa, porém conheciam sua índole, sua conduta, sendo pai de três filhos e uma filha, tendo uma neta. Advertiu àqueles que quiseram transformá-lo em inimigo do governador de que, em mais de vinte anos, sempre provara a ele sua amizade. Respeitaria se Hélder não o considerasse mais um amigo, mas, de sua parte, sempre teria por ele amizade e ninguém poderia privá-lo disso. Assegurou continuar a acreditar firmemente em tudo que Hélder Barbalho lhe dissera. Sabendo que Hélder lutava pelo Pará, testificou que sempre o apoiaria, mesmo que ele não o quisesse mais como amigo. Asseverou não ter medo de dizer a verdade, doesse a quem doesse, pois além da imunidade parlamentar tinha a imunidade dada por sua mãe que fora radialista. Pela liderança do PSDB, Paulo Queiroz tratou também da II Marcha Contra o Trabalho Infantil, iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, por intermédio da Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem em parceria com o Ministério Público do Trabalho e o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Além disso, agregou, muitas instituições aderiram à marcha, que saiu da Praça Pedro Teixeira e foi até o Largo do Redondo, na Avenida Nazaré. Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, que afastaram do trabalho ilícito mais de 5 milhões de crianças brasileiras, comentou, ainda tínhamos mais de 2,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no país, sendo a maioria, 59%, composta por meninos. As regiões Norte e Nordeste apresentavam os números mais expressivos e a maior parte dos casos ocorria nas áreas rurais. A este respeito, prosseguiu, Belém mostrava suas mazelas a cada esquina, havendo abusos escondidos nas vielas, palafitas e também nas mansões, que ainda mantinham as chamadas “filhas de criação”, meninas que vinham do interior do estado e eram exploradas, com jornadas de trabalho superiores a doze horas diárias, sem direito nenhum. Classificou tal situação como uma chaga social, uma vergonha para o estado e para a cidade. O trabalho infantil não é brincadeira, exprobrou, e se no passado isso fora tolerado, hoje não o era mais, sempre fora errado e agora precisava ser denunciado e combatido. Destacou a atuação da desembargadora do Trabalho, Maria

Zufla Dutra, que quando criança vendia merenda em fábricas e apanhava pedras nas pedreiras de Santarém, com apenas cinco anos de idade. Em meio à pobreza, historiador, conseguiu vencer na vida: depois de trabalhar como telefonista, professora de Matemática, funcionária do Banco do Brasil, cursou Direito, tornou-se juíza do Trabalho e, em 2016, tomou posse como desembargadora do Tribunal do Trabalho da 8ª Região. Tornou-se um exemplo de superação, considerou, mas era uma exceção porque a maioria das crianças que é explorada durante a infância acaba se marginalizando no subemprego. Precisamos nos envolver nesta luta, exortou, para que as crianças de nosso país tivessem o direito de sonhar, brincar e trabalhar quando tivessem idade e formação física e intelectual para isso. É importante a mobilização da sociedade para atingir tal objetivo, ressaltou, mas o poder público precisa atuar com mais eficácia e efetividade nesse sentido. Estava encaminhando, comunicou, um requerimento ao prefeito Zenaldo Coutinho pedindo que informasse quais providências e ações foram assumidas neste ano para combater o trabalho infantil em Belém. Comunicou outrossim estar apresentando um projeto de lei determinando a fixação obrigatória em diversos estabelecimentos do Disque 100, telefone que recebe denúncias de trabalho infantil. A este respeito, complementou, não se podia esquecer os lixões, locais em que a infância sempre fora maculada, além da saúde. Finalizou seu pronunciamento com o mote: cartão vermelho para o trabalho infantil e um viva às crianças de nossa nação. Em seguida, o vereador John Wayne assumiu a presidência da Mesa. Pela bancada do Republicanos, Simone Kahwage parabenizou os vereadores Toré Lima e Fernando Carneiro pela postura adotada em relação à celeuma envolvendo o vereador Joaquim Campos. Expressou que, apesar de ser mulher e defender o empoderamento e participação das mulheres na sociedade, não se sentia representada por algumas delas. Mulheres que saíam seminuas às ruas, praticavam atos indecorosos ou defendiam o aborto não a representavam, exemplificou. Esclareceu aceitar o feminismo de primeira geração, que buscava a igualdade política e individual de direitos e deveres, mas rejeitar o feminismo atual, julgando-o uma depravação da busca por igualdade, servindo tão somente à guerra cultural proposta pela nova esquerda, colocando homens contra mulheres, pais contra filhos, negros contra brancos, heterossexuais contra homossexuais. Mulheres com tal postura, reafirmou, não a representavam e mesmo subindo à tribuna dos parlamentos não podiam falar em nome de todo gênero feminino. Mulheres feministas, esquerdistas, mulheres como as várias parlamentares do PSOL na Câmara Federal não a representavam e não representavam o Brasil, opinou. afirmou representar as mulheres batalhadoras, empreendedoras, mães, negras, lésbicas, empresárias, trabalhadoras, mas não ideológicas. Representava um Brasil livre, um Pará livre, uma cidade livre, declarou. Divulgou ter o governo federal obtido um superávit de 44 bilhões de reais em janeiro e que a arrecadação no mês anterior batera um recorde histórico, embora isso ninguém viesse à tribuna informar. Dava ciência disso porque lutava por um país livre da corrupção, apregoou, sendo a favor de todas as mulheres de valor de nossa nação. Pela liderança do PSB, Igor Andrade reiterou o pedido à PMB para conclusão da reforma da Praça Helena Coutinho, na Rua Roso Danin. Cientificou depois ter protocolado requerimento solicitando à PMB um estudo de viabilidade técnica para, se possível, ainda neste ano, criar cursinhos pré-vestibular gratuitos para a população, pelo menos um por distrito. Atualmente, pontuou, havia um cursinho desse tipo no bairro da Cremação, que já homenageara neste parlamento devido aos excelentes resultados ali alcançados. As pessoas precisam desses cursinhos, ressaltou, e muitos não tinham condição de pagar. Notificou que 11 mil pessoas se inscreveram em apenas três dias pleiteando uma das 1200 vagas ofertadas pela Prefeitura no cursinho da Cremação, sendo a seleção feita por nota, por avaliação. Parabenizou a PMB pela iniciativa, mas defendeu a necessidade de ampliar esta ação argumentando que a criação de um cursinho por distrito de Belém aliviaria em grande parte a demanda por este serviço. Se houvesse um cursinho por bairro, cogitou, seria o ideal, mas isto seria objeto de um futuro requerimento a ser apresentado ao próximo prefeito de nossa cidade. Findo este pronunciamento, a vereadora Simone Kahwage reassumiu a presidência da Mesa. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima parabenizou a organização da II Marcha Contra o Trabalho Infantil destacando a atuação do juiz Cláudio Rendeiro e da juíza Vanilza Malcher. Citou a coleta de açaí em nosso estado como um dos casos em que é utilizado o trabalho infantil. As crianças subiam diariamente em dezenas de árvores carregando um facão entre os dentes, descreveu, caindo algumas vezes quando passavam de um pé de açaí para o outro. Como enfermeira, contou, já tivera a triste oportunidade de tratar de crianças que caíram de açaizeiros. Outro exemplo, acresceu, são as meninas que vinham do interior para estudar em Belém, mas pouco estudavam porque trabalhavam o dia inteiro. Além disso, prosseguiu, havia as crianças que trabalhavam na produção da farinha de mandioca, desde a plantação até a etapa final nos fornos, e as crianças que trabalhavam nas carvoarias de nosso estado. Em qualquer modalidade, decretou, o trabalho infantil era uma mazel a ser extirpada. Em relação aos fatos ocorridos na sessão ordinária anterior, de grande repercussão na sociedade, externou que, apesar da emotividade das discussões e da imunidade parlamentar, deviam ser mantidos o respeito e a educação. Como pessoa, não apenas como professora, afiançou, costumava respeitar todas e todos. Nas discussões, pontificou, o controle emocional é muito importante. Na ocasião referida, recordou, em nenhum momento usara palavras chulas e desrespeitosas, apenas expressara seu repúdio à utilização de termos jocosos, indecorosos contra uma mulher em pleno exercício de sua atividade profissional. Como enfermeira, advogada, professora universitária, parlamentar e mulher defendia todas as mulheres, sustentou, inclusive as que praticaram aborto, pois nenhuma mulher quer praticar o aborto, isso ocorria devido às condições que lhe eram oferecidas. Como enfermeira aprendeu ser necessário cuidar, não julgar. Desse modo, retomou, não julgava as mulheres que chegavam ao hospital sangrando, precisando fazer uma curetagem, apenas cuidava. Sobrelevou ser essa uma orientação da Organização Mundial de Saúde, cuidar. Assim agia, declarou, cuidava de mulheres, não condenava mulheres. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. A presidente Simone Kahwage solicitou então aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a votação do requerimento do vereador Toré Lima solicitando que esta Casa encaminhasse Voto de Protesto à ofensa que o presidente Jair Bolsonaro fizera contra a jornalista Patrícia Campos, referente ao episódio das mensagens de Whatsapp. O vereador Toré Lima pediu que a votação do requerimento

fosse nominal. Fizeram encaminhamentos os vereadores Igor Andrade, Amaury da APPD, Paulo Queiroz, Sargento Silvano, Rildo Pessoa, Henrique Soares, Zeca Pirão e Fernando Carneiro, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Henrique Soares pediu então Questão de Ordem solicitando a votação em bloco e de forma simbólica dos projetos em pauta que concediam títulos honoríficos e honorarias, o que foi aprovado pela plenária. Entraram então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os projetos: projeto que “Concede o Diploma Serzedelo Correa à senhora Irlana Rita de Carvalho Chaves Rodrigues”, constante no Processo nº 032/2020, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadã de Belém à pastora Teresa Raquel Câmara Gomes”, constante no Processo nº 2131/2019, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadã de Belém ao senhor João Alberto de Almeida”, constante no Processo nº 2156/2019, de autoria da vereadora Simone Kahwage; processo que “Concede a Medalha Vereador Clodomir Grande Colino ao Instituto de Educação Tecnológica Avançada da Amazônia”, constante no Processo nº 031/2020, de autoria do vereador Henrique Soares. Na discussão, não houve oradores. Em seguida, o vereador Amaury da APPD solicitou que fosse feita uma sessão solene para a entrega dos títulos e honorarias já aprovados nesta Casa por haver grande número deles. A presidente informou que seu pedido fora registrado. O vereador Toré Lima pediu posteriormente Questão de Ordem solicitando que fosse feita nova verificação de quórum, observando haver número insuficiente de vereadores em plenário para aprovação dos projetos. O vereador Henrique Soares apoiou esta proposição, retirando o pedido que fizera anteriormente de votação em bloco e simbólica dos projetos que concediam honorarias. Em relação à solicitação do vereador Amaury da APPD, informou estar realizando a entrega das comendas e honorarias durante eventos externos em que havia a participação do homenageado, embora reconhecesse a necessidade de a CMB realizar as sessões solenes. Foi feita depois a leitura do projeto constante no Processo nº 032/2020, de autoria do vereador Henrique Soares. Posto em votação nominal, não houve quórum e a presidente Simone Kahwage encerrou a sessão às onze horas e três minutos. Estavam licenciados os vereadores Altair Brandão e Dinelly. Justificaram suas ausências os vereadores Nehemias Valentim, Mauro Freitas, Fabrício Gama, Dr. Elenilson e Wilson Neto. Estiveram presentes os vereadores: Rildo Pessoa, Professor Elias e Pablo Farah, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Zeca Pirão, Bieco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade; Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD – PTC; Wellington Magalhães e Celsinho Sabino, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; John Wayne e Joaquim Campos, pela bancada do MDB; Gleisson, Igor Andrade, pela bancada do PSB; Paulo Queiroz e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Henrique Soares e Adriano Coelho, pela bancada do PDT; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Simone Kahwage e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Emerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 02 de março de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No terceiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Esta solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Iniciado o Horário do Expediente, assumiu a palavra o vereador Paulo Queiroz. Este reportou que desde que iniciou suas atividades neste parlamento, há vinte anos, e antes mesmo, como pastor evangélico percorrendo todo o estado, o problema dos resíduos sólidos sempre constituiu enorme desafio. As gestões sucedem-se, atentou, e ninguém é capaz de oferecer uma solução definitiva. Ressaltou não adiantar o gestor culpar as administrações anteriores; é preciso resolver os problemas. Citou como exemplo a queda da ponte da Alça Viária sobre o Rio Moju: o governador Hélder Barbalho, recém-empossado, agiu prontamente e, em menos de um ano, ficou pronta uma nova ponte, melhor que a anterior. A destinação dos resíduos sólidos é um problema metropolitano, pontificou, diz respeito a todos e, na medida em que a capital e os maiores cidades da Região Metropolitana encontrem a solução, ela será replicada em outras cidades, que também precisam enfrentar esse desafio global. É inadmissível, sentenciou, o empurra-empurra de responsabilidades entre os gestores ou “empurrar com a barriga” e deixar o próximo prefeito lidar com o “pepino” ou “abacaxi”: tal modo de governar é coisa do passado. Expressou que a população não merece e não aceita mais governantes assim. A lei que determinou o fechamento dos lixões, recordou, é de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 12.305, de 02/08/2010), já tendo quase dez anos, e foi neste processo que surgiu o aterro sanitário de Marituba. Belém fechou o Lixão do Aurá e levou seus resíduos para o aterro, assim como Ananindeua, e os três municípios são responsáveis e precisam encontrar uma solução conjunta. Marituba despeja apenas 5% do total de material ali tratado, mas arca com o maior ônus no processo, avaliou. Desse modo, continuou, o conflito que eclodiu no ano anterior envolvendo a Guamá Tratamento de Resíduos, empresa que cuida do aterro, já era esperado. Trata-se para esta empresa de simples questão financeira, julgou, se os municípios pagarem mais, se pagarem o que ela pede, o trabalho, que gera mensalmente milhões de reais, continuará. Frisou que a população dos três municípios paga o serviço através do IPTU, majorado neste ano. Manifestou sua preocupação com o risco de a população da Região Metropolitana voltar a conviver com o lixo nas ruas ou de a população de Ananindeua sofrer com a reabertura do Lixão do Aurá, que ainda gerará problemas sanitários por décadas após

seu fechamento. Chamou também a atenção para o sofrimento do povo de Marituba, submetido à poluição do solo, das águas e do ar (malcheiroso e contaminado por microrresíduos causadores de enfermidades respiratórias e da pele). Relatou que, tendo conversado com profissionais de saúde que atuam neste município, informaram-no que o número de casos de doenças respiratórias e afecções na pele registrados nos postos de saúde cresceu muito. Salientou não ser este um problema apenas de Marituba, competindo também aos membros desta Casa pensar em uma solução - não devem se omitir perante tal situação, pois todos precisam de todos. Se o aterro sanitário é bloqueado, como ocorreu no ano anterior, lembrou, o lixo acumula-se em Belém. Defendeu uma ação conjunta imediata dos prefeitos de Belém, Marituba e Ananindeua, deixando-se de lado as diferenças partidárias, visando o bem comum da população das três cidades. Elogiou o empenho do prefeito Mário Filho (gestor de Marituba, o menor e mais novo município dentre os três, contando com menor orçamento) em oferecer uma resposta viável e duradoura para o problema dos resíduos sólidos. Ele viajou a diversos países buscando uma solução, inteiro, e conseguiu elaborar um projeto realista, já havendo empresas interessadas em financiá-lo por um valor menor que o cobrado atualmente pela empresa Guamá Tratamento de Resíduos. Entretanto, complementou, ele deve ser encampado como um projeto metropolitano. Como presidente desta Casa, rememorou, participou de um evento sobre biodiversidade em Portugal e lá entendeu porque não se deve chamar os resíduos sólidos de lixo, pois quase tudo pode ser reaproveitado. É neste caminho, prosseguiu, que vai o projeto da Prefeitura de Marituba. Na semana anterior, noticiou, ocorrerá uma reunião no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará para discutir a proposta, com a presença de autoridades sobre o tema. O projeto já foi testado em aprovado em outros países, sendo adaptado à realidade e à legislação brasileira, acrescentou, e é baseado em biorremediação, pois no final os resíduos são transformados em carvão, gás e até combustível. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Pablo Farah e subiu à tribuna o vereador Mauro Freitas. Este justificou sua ausência na sessão ordinária do dia anterior por estar participando de uma reunião com um bloco de partidos tratando da futura eleição para prefeito de nossa capital. Externou sua alegria por participar deste processo ao lado de um grupo suficientemente forte, composto por oito partidos. Justificou também a ausência, na mesma sessão ordinária, dos vereadores Fabrício Gama e Dr. Elenilson, que participaram da citada reunião representando respectivamente os partidos PMN e Avante. Além destas agremiações partidárias, informou, o grupo é composto por PRTB, PSDB, DEM, PV, PPS e PSB, havendo cinco pré-candidatos a prefeito de Belém. Notificou que, no dia anterior, o deputado federal Cássio Andrade, líder do PSB, lançara sua pré-candidatura à Prefeitura de Belém e outras pré-candidaturas ainda seriam lançadas. Tenta-se realizar o processo da forma mais democrática possível, explicou, não impondo nome algum e dando oportunidade para que todos lancem pré-candidaturas se assim o desejarem. Exemplificou que o PPS lançara duas pré-candidaturas, Arnaldo Jordy e Tiago Araújo. Reportou ter lançado sua pré-candidatura sem partido, pois, embora esteja vinculado formalmente ao Democracia Cristã – DC, está afastado deste desde a eleição para o governo estadual, tendo apoiado Márcio Miranda enquanto o DC apoiou Hélder Barbalho. Além de si, prosseguiu, há também o ex-senador Mário Couto, que lançou sua pré-candidatura neste grupo pelo PRTB. Haveria posteriormente um afunilamento e somente um destes concorrerá à eleição para prefeito de Belém. Desta reunião, aditou, também participaram o prefeito Zenaldo Coutinho e o ex-governador Simão Jatene, lideranças do PSDB no Pará, constituindo um coletivo bastante amplo, sendo este o terceiro encontro realizado. Outra reunião, inteiro, será realizada na próxima segunda-feira e assim será feito até que se encontre o melhor nome para a disputa à Prefeitura Municipal de Belém - PMB. Divulgou depois a entrega pela PMB, na manhã deste dia, de mais uma unidade de saúde na região do Portal da Amazônia, comentando que muitos vereadores desta Casa ali já estavam. Agradeceu a Deus por Belém não apresentar crise no sistema de saúde, como ocorre em outras cidades brasileiras, por muito investimento ter sido feito no setor. Estabeleceu que a atual gestão municipal praticamente mudou a história da saúde pública em nossa capital, tornando-a a melhor neste quesito no Norte e Nordeste do Brasil e superando grandes cidades do Sul e Sudeste do país. Admirou-se de não haver reconhecimento deste trabalho por parte de muitas pessoas. Também houve grande evolução na educação municipal, agregou, pois, quase todas as escolas municipais dispõem de ar condicionado, servem a melhor merenda escolar do país, foram realizadas ampliações e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB é um dos melhores do Brasil, embora grande parte das pessoas não enxergue tais avanços. Questionou porque a população cobra tanto melhorias em saúde e educação, mas, quando isso é realizado, paradoxalmente não há reconhecimento, como se fosse um labor invisível. Ressaltou a participação dos parlamentares desta legislatura nesta evolução, incluindo a criação do sistema de transporte municipal após 404 anos de existência de nossa cidade. Findo seu pronunciamento, Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa. Subiu então à tribuna o vereador Pablo Farah e disse ser o presidente Mauro Freitas muito prestigiado pela grande maioria dos vereadores da Casa. Garantiu que, se ele for o escolhido para concorrer à Prefeitura de Belém e for eleito, certamente terá o apoio dos parlamentares deste poder. Agradeceu ao prefeito Zenaldo Coutinho pela entrega de mais uma unidade de saúde à população de Belém. Rememorou terem sido recentemente entregues o novo Hospital de Pronto Socorro Municipal Humberto Maradei Pereira (HPSM do Guamá) e a Unidade de Pronto Atendimento da Marabá, havendo grande avanço no setor de saúde em nosso município. Por ser advinha da segurança pública, comentou, pensava ser este setor o grande caos da sociedade brasileira e a grande demanda do povo. Entretanto, ao desenvolver seu mandato, verificou que a saúde sempre está e sempre estará em primeiro lugar. Todo investimento feito neste setor pelo Executivo municipal de Belém, opinou, vale à pena e deve ser parabenizado. Assim sendo, anunciou, participará da cerimônia, prestigiando a entrega da unidade de saúde do Portal da Amazônia. Referiu-se posteriormente à temática da destinação dos resíduos sólidos, abordada anteriormente pelo vereador Paulo Queiroz. Defendeu que se pesquisem as soluções encontradas para o problema em outras cidades e indague o motivo para a não aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em boa parte dos municípios. Sugeriu a adoção de uma postura positiva, não apenas crítica, trazendo informações e dados para ajudar as prefeituras a lidar com esse desafio. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário do Expediente, iniciando-se o Horário de

Liderança. Pela liderança do Republicanos, Toré Lima lembrou de ter solicitado neste parlamento a realização da primeira audiência pública, em toda a Região Metropolitana, para tratar do tema da destinação dos resíduos sólidos. Foi realizada na época, adicionou, uma visita à área da empresa Guamá Tratamento de Resíduos devido às denúncias feitas pela população. Decretou não ser um aterro sanitário, mas um verdadeiro lixão, trazendo sérias consequências para os moradores de Marituba. Infelizmente, lamentou, até hoje não houve uma definição para o problema, estabelecendo-se uma prorrogação do funcionamento do suposto aterro. A empresa visa apenas o lucro, ponderou, e vai “empurrando com a barriga”, pois recebia inicialmente R\$62,50 por tonelada de resíduo tratada, passou a receber R\$75,00, mas queria receber R\$92,00. Justificava a descontinuidade do serviço, completou, afirmando que as prefeituras não pagavam, mas essa alegação foi desmentida porque tanto a Prefeitura de Belém quanto a de Ananindeua cumpriram com seus pagamentos – sendo a Prefeitura de Marituba isenta de fazê-lo. Recentemente, historiou, foi criada uma grande comissão intermunicipal para obter uma solução definitiva para a destinação dos resíduos sólidos. Propôs a formação de um consórcio entre os municípios da Região Metropolitana para resolver o problema e trazer sossego à população de todas as cidades que a compõem. Discorreu posteriormente que o debate neste parlamento é livre, no horário de nove às dez horas da manhã, tratando-se aqui sempre de temas locais, estaduais e nacionais. Criticou o vereador Sargento Silvano por este não admitir críticas ao presidente da República, tendo apresentado, no ano anterior, requerimentos concedendo honrarias a Jair Bolsonaro, mesmo sem ele destinar recurso algum para nosso estado. Felizmente, declarou, não votou favoravelmente à concessão de títulos a essa vergonha nacional. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro denunciou o trabalho malfeito de tapa-buraco realizado pela empresa Sólida Ambiental utilizando um caminhão pequeno, mostrado em um vídeo que circula na internet. A compactação do asfalto jogado no buraco, descreveu, é feita com os pneus do próprio caminhão, que vai e volta, dando ré e avançando, passando seguidamente sobre o material, de forma rudimentar e precária, quando devia ser utilizado um rolo compressor para esse fim. Enviou um ofício à Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan, comunicou, e fará uma representação para que a PMB explique se esse é o método utilizado para um serviço pago com o dinheiro público. Em alusão ao pronunciamento anterior do vereador Mauro Freitas, disse que para compreender por que a população não reconhece o trabalho desenvolvido em saúde pela PMB basta ir até uma unidade básica de saúde. Belém está entre as três capitais com maior incidência de HIV – AIDS no Brasil, cientificou, e Belém e Marituba estão entre as dez cidades que apresentam maior índice de infecção por HIV – AIDS em nosso país. Externou haver em nossa cidade uma realidade diferente daquela veiculada nas propagandas da Prefeitura e na Mensagem a esta Casa do prefeito Zenaldo Coutinho. O novo Hospital de Pronto Socorro não foi construído pela PMB, apontou, apesar de ter sido aprovado um empréstimo para tanto por este parlamento. Por este motivo, estimou, o prefeito é vaiado, como ocorreu durante a II Marcha Contra o Trabalho Infantil. Pela liderança da Oposição, Dr. Chiquinho destacou o aumento significativo do índice de mortalidade de pacientes do HPSM Mário Pinotti, atribuído pelos servidores daquele hospital, segundo relatou, à contratação precária de médicos recém-formados, ainda inexperientes para atuar na urgência e emergência. Testificou ter aferido pessoalmente a procedência dessa informação em algumas Unidades de Pronto Atendimento. Citou o caso da jovem senhora, assistida por um médico recém-formado, que foi a óbito na UPA da Marambaia no dia posterior à sua inauguração, embora sofresse de um mal que geralmente não leva à morte. Afirmou que em uma unidade de saúde devidamente equipada, onde atua uma equipe formada por profissionais experientes isso não acontece. Segundo as denúncias da comissão de trabalhadores do HPSM Mário Pinotti, retomou, a quantidade de médicos inexperientes contratados para trabalhar naquele hospital é muito grande e isso acaba influenciando negativamente os resultados obtidos, fazendo aumentar o número de óbitos. Além disso, adiu, o tomógrafo do HPSM Mário Pinotti frequentemente apresenta defeitos, provocando insatisfação por se tratar de um equipamento importante para diagnósticos em urgência e emergência. Pela liderança do PSDB, Paulo Queiroz evocou novamente ter participado, quando era presidente deste Poder, de um evento realizado em Portugal, na cidade de Santa Maria da Feira, onde conheceu projetos sobre reciclagem e tratamento de resíduos. Lá entendeu a impropriedade de chamar o resíduo sólido de lixo, pois tudo, ou quase tudo pode ser reaproveitado. O projeto da Prefeitura de Marituba tem este sentido, reiterou, tendo ocorrido, na semana anterior, uma reunião no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará para discutir. Expressou mais uma vez que ele se baseia em biorremediação, transformando os resíduos em carvão, gás e até combustível: tendo sido testado e aprovado em outros países, foi adequado à realidade e à legislação brasileira. Sua execução, entretanto, indicou, deve ser feita em nível metropolitano, tornando necessária a formação de um consórcio envolvendo todos os municípios da Região Metropolitana – conforme sugerira anteriormente o vereador Toré Lima. Julgou haver certo estranhamento e até mesmo desdém por Marituba – o menor e mais novo dos municípios envolvidos – ter chegado a uma solução para o problema da destinação dos resíduos sólidos. Considerou, porém, ser isto uma bobagem de somenos importância, pontuando que a história está cheia de exemplos de discípulos superando seus mestres e a própria Bíblia mostra casos como o de Davi – filho mais novo e desprezado por seus irmãos que, entretanto, foi escolhido pelo Senhor para ser o rei de Israel. Ajuizou, porém, não importar quem é o “pai da criança”: o importante é que temos um caminho viável e podemos implementá-lo dentro do prazo, que vai até junho de 2021. Infelizmente, alertou, já estamos na contagem regressiva para o encerramento das atividades do aterro de Marituba. Clamou então aos prefeitos de Belém e Ananindeua, Zenaldo Coutinho e Manoel Pioneiro, para que analisem o projeto do prefeito Mário Filho e se manifestem a respeito sugerindo aperfeiçoamentos e ajustes, mas não se omitam, não deixem o tempo passar esperando o final de seus mandatos porque a população não merece isso. Se assim o fizerem, estipulou, seus nomes ficarão na história como gestores que deixaram as diferenças de lado e encontraram uma solução que beneficiou milhões de pessoas. Manifestou a esperança de que seu pronunciamento encontrasse guarida nos corações destes homens públicos, declarando tê-los em alta estima. Assegurou que, independentemente de diferenças partidárias, defende, assim como eles, a população e, apesar de ser grande o desafio, havendo concordância obterão o sucesso e o povo da Região Metropolitana de Belém aplaudirá seus

gestores. Pela liderança do bloco DC – Avante – Podemos, Rildo Pessoa anunciou sua provável futura desfiliação do Avante. Agradeceu ao partido pelo período em que nele atuou, expondo a intenção de sair da agremiação como entrou: pela “porta da frente”, com tranquilidade. Sobrelevou ser essencial não naturalizar ou tornar comum ou aceitável a maldade, o crime, o assassinato. Neste sentido, aludiu a um evento que envergou toda a humanidade – a eliminação de seis milhões de judeus, o Holocausto promovido pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, advertiu, muitos dizem que não aconteceu, mas a documentação oficial do período o comprova. Definiu ser uma vergonha mundial que deve ser sempre relatada, exposta às novas gerações, para que se evite a banalização do mal. Oficialmente, em média, houve o extermínio diário de mais de duas mil e setecentas pessoas, mas há gente que acha ser isso normal porque as vítimas eram judeus, ou eram negros, ou pobres e por aí vai. Ajuizou ser uma vergonha que um ser humano ache normal trapacear, mentir, matar e que ache normal o Holocausto. Somente no campo de concentração de Auschwitz, detalhou, um milhão e cem mil pessoas foram mortas. Esclareceu ter exposto isso porque o bem deve prevalecer sobre o mal, porque não são normais certos comportamentos e não é aceitável o extermínio de seis milhões de pessoas. Pela liderança do bloco PSD – PTC, Professora Nilda Paula instou seus pares a preocuparem-se mais com problemas locais, que atingem a cidade, visando o benefício da população. Indicou haver muita discussão e barulho nesta Casa sobre assuntos não relativos a Belém. Revelou ter passado o feriado de carnaval anterior em Icoaraci e entristecera-se ao ver sua orla totalmente abandonada. Pediu mais atenção por parte dos membros deste parlamento à situação em que se encontra aquele distrito para, juntamente com a PMB, agir no sentido de recuperá-lo. Observou ser a orla de Icoaraci o espaço de menor custo disponível para o lazer do povo de Belém, pregando a união de todos os vereadores em prol de sua restauração. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. O presidente solicitou então aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos regimentais para a realização de nova verificação. Findo este prazo, fez-se a verificação de presença. Permanecendo a falta de quórum, o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às dez horas e dezoito minutos. Estavam licenciados os vereadores Altair Brandão e José Dinelly. Justificaram suas ausências os vereadores Dr. Elenilson, Fabrício Gama, Henrique Soares, Nehemias Valentim, Professor Elias, Simone Kahwage e Wilson Neto. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas, Rildo Pessoa e Pablo Farah, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Bieco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade; Lulu das Comunidades, Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD – PTC; Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; John Wayne, pela bancada do MDB; Igor Andrade, pela bancada do PSB; Paulo Queiroz e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Toré Lima, pela bancada do Republicanos. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 03 de março de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

No quarto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Fabrício Gama. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Iniciado o Horário do Expediente, assumiu a palavra o vereador Toré Lima e lembrou ainda de estar em votação neste parlamento um requerimento de sua autoria solicitando que esta Casa emita Voto de Protesto às agressões verbais do presidente Jair Bolsonaro à jornalista da Folha de São Paulo, Patrícia Campos Melo. Nesta data, porém, os jornais noticiavam que Bolsonaro pedia um estudo para a criação da Zona Franca do Marajó e se isso se concretizasse o presidente deveria ser parabenizado, opinou. Avaliou que o estado do Amazonas se desenvolveu grandemente com a criação da Zona Franca de Manaus e a criação de uma zona semelhante no Pará seria muitíssimo importante para o crescimento econômico de nosso estado. O governador do Pará, informou, anunciara no dia anterior a isenção do ICMS para o arquipélago do Marajó, dando maior possibilidade de crescimento ao empresariado daquela região. Mencionou depois o tema da Campanha da Fraternidade deste ano “Fraternidade e vida: dom e compromisso”, que traz o lema “Viu, sentiu compaixão e cuidou dele”. Sempre que possível, expressou, abordaria este lema em seus pronunciamentos por se referir ao resgate da dignidade dos seres humanos. Vivendo em um país onde vicejam o caos, a violência e as agressões, arrazoou, devemos nos sensibilizar, ser compassivos com o próximo, independentemente de credo ou religião. Notificou depois ter apresentado nesta Casa um projeto de lei determinando que os fios e cabos de energia, de telefonia e outros sejam subterrâneos em nossa cidade, dando às empresas um prazo de dez anos para se adaptarem à norma. Chamou a atenção para os transtornos e problemas decorrentes dos fios expostos: formam um feio emaranhado, rompem com as fortes chuvas que atingem normalmente a capital, provocando interrupção nos serviços, e são continuamente alvo da ação de ladrões. Recordou ter exposto a necessidade de tornar subterrâneos tais fios e cabos durante uma sessão especial envolvendo a Rede Celpa e o representante da empresa questionou quem cobriria os custos. Recentemente, lembrou, o vereador Fernando Carneiro fizera referência ao lucro absurdo obtido pela Rede Celpa em apenas quatro meses no Pará, mas o representante da empresa ainda perguntava quem arcaria com os custos de tal mudança, ironizou. A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, neste caso, não permite que as despesas sejam repassadas para a tarifa, pois se trata de investimento da concessionária do serviço de fornecimento de energia, completou. Fernando Carneiro aludiu às fortes chuvas e às secas extensas e extremas que têm atingido nosso país. Embora muitos duvidem do aquecimento global, continuou, todos os estudos mostram constante aumento na

intensidade e frequência dos fenômenos climáticos. Apontou que sem o reconhecimento do aquecimento global, independentemente de suas causas, não haverá preparação para as mudanças que ele trará. As ações humanas, julgou, originam os vários problemas que enfrentamos: impermeabilização do solo nas cidades, canalização de rios e poluição ambiental trazem consequências nefastas para todos. Além disso, agregou, há atualmente a negação da ciência, fato expresso, por exemplo, pelo ressurgimento do terraplanismo, pela negação da eficiência das vacinas e pelo não reconhecimento do aquecimento global. O sudeste brasileiro estava sofrendo com as intensas chuvas, retomou, e nossa cidade não ficava atrás. Sugeriu mudança no padrão de limpeza dos canais e córregos para evitar os alagamentos, observando que nesse trabalho ainda se adotava como referência o nível de chuvas que existia há trinta ou quarenta anos, mas a realidade presente é outra. Relatou ter passado no dia anterior pela Avenida João Paulo II e presenciado o caos costumeiro que ninguém conseguia resolver, havendo uma briga por parte da obra ser de responsabilidade do governo estadual e outra parte ser de competência da Prefeitura Municipal de Belém - PMB. A população sofria com o problema crônico do alagamento de parte daquela via, embora todos soubessem o que precisava ser feito. Solidarizou-se com os moradores do Bairro Curió-Utinga que utilizavam cotidianamente aquela avenida e eram submetidos a uma situação dramática. Denunciou que o trabalho de tapa buraco nas ruas de nossa cidade estava sendo feito de forma irregular, com a massa asfáltica sendo jogada no buraco e compactada pelo próprio caminhão que a transportava, fato registrado em vídeo. Considerou serem esses fatos sinais de que a PMB não se preparara para a época chuvosa, verificando-se constantes alagamentos e transbordamentos em vários pontos da cidade, como na bacia do Una, atrás Universidade da Amazônia - Unama. Criticou o Ministério Público Estadual do Pará - MPPA por não cobrar à Prefeitura uma ação mais efetiva no combate às inundações. Repetiu ser necessário que nos preparássemos para as mudanças climáticas que virão, ponderando que um desastre natural é uma somatória de um fenômeno natural e de uma falta de preparação dos poderes públicos. Tachou como ridícula, irresponsável e indigna de um gestor municipal a declaração do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, de que a população procura viver nas encostas dos morros para não gastar com canos para fazer cocô e xixi. Lamentou que declarações semelhantes fossem feitas pelo presidente da República, por governadores e outros prefeitos. É necessário reconhecer o aquecimento global, preconizou, para se enfrentar suas consequências, que atingirão sobretudo as populações mais pobres. Criticou a demora na conclusão das obras de duplicação da Rodovia do Tapanã e da Rua Yamada, no Bairro do Tapanã, que já duravam quatro anos, embora fossem financiadas pelo governo federal. Findo este pronunciamento, o vereador Sargento Silvano justificou sua ausência da sessão por ter que participar de uma reunião com o governador Hélder Barbalho em que seria anunciado o aumento salarial dos policiais militares e bombeiros do estado. Subiu depois à tribuna o vereador Igor Andrade e opinou que o prefeito carioca Marcelo Crivella tinha razão ao atribuir à população, em grande parte, a responsabilidade pelas enchentes e alagamentos que ocorrem nas grandes cidades. Em Belém, atestou, ocorria o mesmo que na capital carioca, exemplificando que, no dia anterior, vira um rapaz fazer a limpeza de sua casa e atirar sacos com resíduos no canteiro central da Avenida João Paulo II. Do mesmo modo ocorria nas margens dos canais, prosseguiu, pois, o caminhão de lixo terminava de fazer a coleta e, logo em seguida, carroceiros voltavam a descartar material nesses locais. Assim sendo, ajuizou, não era possível manter limpa a cidade. Defendeu uma mudança na metodologia de coleta para que se diminuísse a quantidade de resíduos descartados. Embora o poder público tivesse responsabilidade no problema das enchentes e alagamentos na cidade, reconheceu, a população também contribuía para a existência do problema. Lembrou que o deputado federal Vavá Martins (Republicanos - PA), havia mais de um ano, prometera acabar com os alagamentos na Avenida João Paulo II, dizendo que daria solução à situação se o prefeito de Belém não o fizesse, mas não cumpriu a promessa. Criticou o ex-governador Simão Jatene por ter entregado o prolongamento da João Paulo II sem ter feito a macrodrenagem do canal que há no Curió-Utinga e o ex-prefeito de Belém, Duciomar Costa, por não ter realizado nada nesse sentido durante sua gestão. Em aparte, manifestou-se o vereador Zeca Pirão. Findo este pronunciamento, o vereador Moa Moraes justificou sua ausência de parte da sessão por ter que participar de uma reunião na Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - Codem. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário do Expediente, iniciando-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco MDB - Podemos, Joaquim Campos comunicou ter faltado à sessão ordinária anterior por motivo de consulta médica. Tendo visto ser divulgado na imprensa que nesta Casa ninguém trabalhava, intendeu ter apresentado durante seu mandato neste parlamento, entre requerimentos e projetos de lei, 123 peças. Além disso, acrescentou, fora assíduo às sessões deste Poder, exceto durante o período de dois meses em que esteve de licença médica, sendo o primeiro a chegar neste plenário. Saudou depois todas as mulheres, em especial as vereadoras desta Casa, pelo Dia Internacional da Mulher, comemorado nesta data. Acusou a China de se beneficiar da desvalorização de *commodities* como a soja e de produtos como o frango atribuindo a esta contaminação por vírus ou pragas. Disse que se os produtores paraenses deixassem de vender sua soja para a China os chineses correriam atrás porque precisavam do produto. Agradeceu a iniciativa do senador Jader Barbalho de incentivar o agronegócio conseguindo linhas de crédito para os produtores rurais. Parabenizou o presidente Bolsonaro por pensar em criar a Zona Franca do Marajó. Conclamou a população a ir às ruas no próximo dia 15 de março em apoio ao governo federal, de forma patriótica, contra a criação de um diafarçado parlamentarismo em nosso país. Após este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Pela liderança do PSDB, Paulo Queiroz informou ter recebido em seu gabinete, havia dois dias, um documento da Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis da CMB dando conta de que alguns dos projetos que apresentara neste mandato receberam pareceres contrários. Tendo sido presidente da referida comissão e presidido também a Comissão de Economia e Finanças desta Casa em mandatos anteriores, disse entender que certos assuntos competem somente a estas comissões. Tivera o cuidado de apresentar estes projetos de forma minuciosa, assegurou, para que pudesse ter pelo menos a esperança de que fossem discutidos em plenário. Entretanto, lastimou, todos tiveram pareceres contrários, apesar de alguns serem, a seu ver, muito interessantes. Entre estes destacou: o projeto de lei estabelecendo que fosse disponibilizada em local visível, nos estabelecimentos que indica, a Lei Maria da Penha, para consulta e fácil acesso no âmbito do município de Belém; o projeto de lei que concede aos alunos matriculados na rede pública municipal de ensino que estejam sob a guarda legal de mulheres vítimas de violência doméstica familiar o direito à transferência de matrícula entre as unidades de ensino na forma que determina; o projeto de lei que

probe a inauguração de obras públicas incompletas no município de Belém; o projeto de lei que dispõe sobre a prioridade de atendimento para pessoas que realizam tratamento de quimioterapia, radioterapia, hemodiálise ou utilizem bolsa de colostomia no município de Belém; e o projeto, que já é lei na cidade de São Paulo, determinando a proibição da venda de cigarros e de outros derivados de tabaco em padarias e lanchonetes no município de Belém, considerando que a dependência química ligada ao cigarro é uma epidemia mundial e diversas leis têm sido aprovadas para reduzir e desestimular o consumo. Expressou serem tais projetos formas de tentar cuidar da população de nossa cidade, opinando que a Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis deveria rever sua avaliação. Pela liderança do Republicanos, Toré Lima cientificou a plenária de que o deputado federal Vavá Martins empenharia três milhões de reais para a macrodrenagem do Curió-Utinga. Sabendo que o projeto original da PMB para essa obra estava orçado em 13 milhões de reais, relatou, conversou com o prefeito Zenaldo Coutinho e com o governador Hélder Barbalho propondo que a PMB entrasse com cinco milhões e o governo do estado com mais cinco milhões de reais, perfazendo o total necessário à sua consecução. Isto resolveria não somente o problema dos alagamentos na Avenida João Paulo II, mas de todo o Bairro Curió-Utinga, observou. A respeito da crítica feita anteriormente pelo vereador Igor Andrade ao ex-governador Simão Jatene por ter entregado o prolongamento da Avenida João Paulo II sem realizar a macrodrenagem necessária, lembrou que Igor Andrade, juntamente com o ex-vereador e atual vice-prefeito Orlando Reis e com o prefeito Zenaldo Coutinho, caminharam ao lado de Simão Jatene naquela área e participaram da entrega daquela obra à população. A partir desse fato, julgou que a crítica feita não fazia sentido e cobrou coerência aos políticos em geral em seus posicionamentos e pronunciamentos. Em aparte, manifestou-se o vereador Igor Andrade. Pela liderança do PC do B - PT, Amaury da APPD revelou que, assim como o vereador Paulo Queiroz, ficou surpreso com a atuação da Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis desta Casa. Referiu ter também apresentado um projeto de lei neste parlamento proibindo a inauguração de pedras fundamentais e de obras inconclusas no município de Belém, mas a comissão avaliou que isso representava interferência na administração pública. Expôs que estava fiscalizando as obras inacabadas, tentando impedir gastos desnecessários com cerimônias e festas. Em relação à declaração de Marcelo Crivella responsabilizando o povo pelos alagamentos, disse que o prefeito carioca não deveria ter estabelecido durante a campanha eleitoral o saneamento como uma das prioridades de seu programa de governo. Em aparte, manifestou-se o vereador Igor Andrade. Pela liderança da Oposição, Enfermeira Nazaré Lima comentou sobre cena divulgada neste dia no jornal televisivo Bom Dia Brasil mostrando um homem agredindo sua ex-esposa. Avaliou que tais cenas já estão banalizadas em nosso país. Reportou ter escrito nesta semana um artigo para a revista Carta Capital tratando das várias faces da violência contra a mulher. Em seu extremo há o feminicídio, mas ocorre o assédio moral no lar, no trabalho, nas instituições, há a falta de respeito, a difamação e a calúnia, exemplificou. Agradeceu pela existência do Dia Internacional da Mulher, uma data que permite maior visibilidade às mulheres e à condição feminina. Pediu que se dessem flores às mulheres, mas que também fossem criadas políticas públicas de enfrentamento à violência contra elas. Exortou esta Casa a sair do discurso e aprovar projetos que reduzam essa forma de violência. Participou ter apresentado um projeto neste parlamento visando coibir a importunação e o assédio sexual nos ônibus urbanos de Belém, tratando também da publicidade de medidas de prevenção a essas práticas, mas ele sequer passou a Comissão de Justiça, Legislação e Redação de Leis. Pediu a seus pares que assinassem o projeto para que ele viesse à pauta. Conclamou todos a participar, no próximo dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, da Grande Marcha pela Vida das Mulheres, com saída às nove horas da manhã da Praça Waldemar Henrique. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. O presidente solicitou então aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então postas em votação e aprovadas por unanimidade as atas referentes às sessões: 86ª sessão ordinária do 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura, Sessão Solene de Abertura dos Trabalhos Ordinários do 1º Período da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura e 1ª, 2ª, 3ª e 4ª sessões ordinárias do 1º Período da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Posteriormente retomou-se a votação do requerimento do vereador Toré Lima solicitando que esta Casa encaminhasse Voto de Protesto à ofensa que o presidente Jair Bolsonaro fizera contra a jornalista Patrícia Campos Mello referente ao episódio das mensagens de *Whatsapp*. O vereador Amaury da APPD pediu que a votação fosse feita nominalmente. Atendida esta solicitação, o requerimento foi aprovado com dezesseis votos favoráveis, sete votos contrários e três abstenções. Justificaram seus votos os vereadores Toré Lima, Zeca Pirão, Joaquim Campos, Emerson Sampaio, Henrique Soares, Dr. Chiquinho, Pablo Farah, Amaury da APPD, Gleisson Silva e Professora Nilda Paula. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento do vereador Neném Albuquerque solicitando a concessão de onze dias de licença parlamentar, no período de vinte de fevereiro a primeiro de março de 2020, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita em seguida a leitura e votação do requerimento da vereadora Enfermeira Nazaré Lima solicitando a realização de uma sessão especial com o objetivo de comemorar e homenagear as mulheres que são referência na luta contra a violência, sendo este aprovado por unanimidade. Procedeu-se a seguir a leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a realização de uma sessão especial com o tema "Luta contra a violência sexual à criança e ao adolescente", no dia 12 de maio vindouro, às 15 horas. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se a seguir a leitura do requerimento do vereador Rildo Pessoa solicitando a realização de uma sessão especial para debater a inserção do Pré-São João no calendário dos eventos juninos de Belém. Fez o encaminhamento o vereador Rildo Pessoa, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O presidente Mauro Freitas comunicou então aos demais parlamentares que as sessões desta Casa voltaram a ser transmitidas pela *internet*. O vereador Dr. Chiquinho pediu depois Questão de Ordem solicitando que os projetos em pauta concedendo honorárias e comendas fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Assumiu então a presidência da Mesa o vereador Marciel Manão. Entraram posteriormente em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os projetos: projeto que "Concede o Diploma Serzedelo Correa à senhora Irlana Rita de Carvalho Chaves Rodrigues", constante no Processo nº 032/20, de autoria do vereador Henrique Soares; projeto que "Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor João Alberto de Almeida", constante no Processo nº 2156/19, de autoria da vereadora Simone Kahwage; projeto que concede o título honorífico de Cidadã de Belém à pastora Teresa

Raquel Câmara Gomes”, constante no Processo nº 2131/19, de autoria do vereador Marciel Manão; projeto que “Concede a Medalha Vereador Clodomir Grande Colino ao Instituto de Educação Tecnológica Avançada da Amazônia – IETAAM”, constante no Processo nº 031/20, de autoria do vereador Henrique Soares. Este pediu Questão de Ordem solicitando que o projeto do vereador Marciel Manão, incluso na pauta da Primeira Parte, fosse, através de um acordo de lideranças, passado para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia e também entrasse em discussão e votação em bloco e de forma simbólica junto com os demais projetos anteriormente citados, sugestão aceita pelas lideranças partidárias presentes. Desse modo, entrou também em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que “Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Waldemar Wallace Figueiredo das Neves”, constante no Processo nº 2132/19, de autoria do vereador Marciel Manão. Na discussão, não houve oradores. Foi feita depois a leitura dos projetos. Postos em votação, estes foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente Marciel Manão declarou aprovados os projetos: projeto que “Concede o Diploma Serzedelo Correa à senhora Irlana Rita de Carvalho Chaves Rodrigues”, constante no Processo nº 032/20; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor João Alberto de Almeida”, constante no Processo nº 2156/19; projeto que concede o título honorífico de Cidadã de Belém à pastora Teresa Raquel Câmara Gomes”, constante no Processo nº 2131/19; projeto que “Concede a Medalha Vereador Clodomir Grande Colino ao Instituto de Educação Tecnológica Avançada da Amazônia – IETAAM”, constante no Processo nº 031/20; e o projeto que “Concede o título honorífico de Honra ao Mérito ao senhor Waldemar Wallace Figueiredo das Neves”, constante no Processo nº 2132/19. O vereador Dr. Chiquinho pediu posteriormente Questão de Ordem solicitando que os projetos em pauta reconhecendo entidades como sendo de Utilidade Pública para o município de Belém fossem colocados em discussão e votação, em bloco, o que foi aprovado pela plenária. Entraram então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os projetos: projeto que “Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Academia Maçônica de Letras do Estado do Pará”, constante no Processo nº 1655/19, de autoria do vereador Celsinho Sabino; projeto que “Torna de Utilidade Pública a Associação Carlos Drummond de Andrade”, constante no Processo nº 2157/19, de autoria do vereador Dr. Chiquinho. Na discussão, não houve oradores. Foi feita depois a leitura dos projetos. Assumiu em seguida a presidência da Mesa a vereadora Simone Kahwege. Na votação, não houve o quórum qualificado exigido para a aprovação destes projetos. O vereador Wilson Neto pediu a seguir Questão de Ordem solicitando que o projeto de sua autoria, constante no Processo nº 2146/19, que estava suspenso, fosse novamente colocado em discussão e votação. Retomou-se então a discussão e votação única, com dispensa de interstício, do projeto que “Estabelece prioridade e obrigatoriedade de matrícula e transferência, sem limitação de vagas, de Tránsito do Espectro Autista – TEA nas creches e instalações de ensino públicas e privadas de ensino Infantil e Fundamental no município de Belém”, constante no Processo nº 2146/19, de autoria do vereador Wilson Neto. Retomada a discussão, não houve oradores. Foi feita em seguida a leitura do Artigo 1º do projeto e da emenda modificativa a este. A emenda foi colocada em votação e, não havendo quórum, a presidente encerrou a sessão às onze horas e dezessete minutos, atendendo antes à Questão de Ordem do vereador Toré Lima solicitando que se fizesse o registro dos vereadores presentes, que eram: Simone Kahwege, Fabrício Gama, Dr. Elenilson, Wilson Neto, Amaury da APPD, Fernando Carneiro, Enfermeira Nazaré Lima, Toré Lima, Bieco, Lulu das Comunidades, Professora Nilda Paula, Professor Elias e Wellington Magalhães. Estavam licenciados os vereadores Altair Brandão e José Dinelny. Justificaram suas ausências os vereadores Blenda Quaresma e Nehemias Valentim. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas, Dr. Elenilson, Professor Elias, Rildo Pessoa e Pablo Farah, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Zecca Pirão, Bieco, Marciel Manão e Fabrício Gama, pelo bloco PMN – PR – PEN – Solidariedade; John Wayne e Joaquim Campos, pela bancada do MDB; Lulu das Comunidades, Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD – PTC; Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Wellington Magalhães e Celsinho Sabino, pelo bloco PSC – PPS; Gleisson Oliveira e Igor Andrade, pela bancada do PSB; Paulo Queiroz e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Henrique Soares e Adriano Coelho, pela bancada do PDT; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Simone Kahwege, Wilson Neto e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Emerson Sampaio, pelo PP; Neném Albuquerque, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 04 de março de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE
1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES
2º Secretário

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência da vereadora Simone Kahwege. Esta solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Iniciado o Horário do Expediente, assumiu a palavra o vereador Toré Lima e cumprimentou seus pares. Cumprimentou também o ex-governador do Pará, senhor Carlos Santos, presente em plenário nesta sessão. Comentou depois ser este um momento de grande clamor, tristeza e sofrimento em nossa cidade, principalmente para os moradores dos bairros atingidos pelas enchentes – provocadas pelas fortes chuvas combinadas às marés altas desta época do ano. Sobrelevou a necessidade da união de todos para amenizar o infortúnio da população. Relatou ter estado na Prefeitura Municipal de Belém - PMB na tarde da segunda-feira anterior, quando foi então criado um comitê para gerir a crise em nosso município, estando presentes a Guarda Municipal de Belém – GMB, a Defesa Civil, a Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan, a Fundação Papa João XXIII – Funpapa, demais secretarias municipais de Belém e o prefeito Zenaldo Coutinho. Enfatizou não bastar aos vereadores apenas debater o assunto, sendo também necessário esclarecer o povo,

pois muitos culpam os membros desta Casa pelo problema. Para que avanços sejam obtidos neste campo beneficiando os bairros de Belém, expressou, é preciso propor ações envolvendo as instituições e órgãos de nosso estado e de nosso município. Lamentou a morte do senhor Raimundo, pessoa de seu círculo de relações: sofreu um infarto e as ruas inundadas impediram que fosse socorrido. Informou que apresentaria requerimento solicitando que o governo estadual intervesse através da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – Seaster e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – Sedop fazendo um trabalho conjunto com a PMB no combate às enchentes e suas consequências. Solicitaria também que a Seaster, junto com a Funpapa, contribuisse para que, no mínimo, as famílias atingidas adquirissem novamente geladeiras, fogões e camas perdidos nas inundações. Pediu que a Câmara Municipal de Belém também ajudasse neste sentido e se isso não pudesse ser feito oficialmente por razões legais, mas que se fizesse com contribuições individuais de cada vereador. Deste modo, seria constituído um grande mutirão em socorro das áreas atingidas, bairros como Val-de-Cans, Jurunas, Condor, Cremação e a área do Tucunduba. Felizmente, noticiou, já fora feita a licitação para a terceira etapa da macrodrenagem da bacia do Tucunduba e abertura das propostas se fizera no dia anterior. Pleiteou a elevação imediata das pontes existentes na Avenida Cipriano Santos, na Rua Jabatiteua, na Passagem Rosa Maria e na Passagem Vinte e Sete de Dezembro pois, sendo constituídas por três grandes tubos, impediam um maior escoamento das águas. afirmou que a Sedop atenderia a essa reivindicação assim que a empresa ganhadora da licitação iniciasse a terceira etapa da obra de macrodrenagem. Acrescentou já estarem sendo indenizadas algumas das famílias residentes às margens do canal, permitindo o avanço do trabalho. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Wilson Neto. Subiu então à tribuna a vereadora Simone Kahwege e cumprimentou seus pares e o ex-governador Carlos Santos. Fez referência aos esforços desenvolvidos por todos os parlamentares desta Casa em auxílio às pessoas atingidas pelas inundações em nossa cidade. Ninguém esperava que elas ocorressem com tal intensidade, externou, embora outros municípios brasileiros, em São Paulo e no Rio de Janeiro, também tivessem sido atingidos por alagamentos, como pôde acompanhar assistindo aos telejornais. Parabenizou a Prefeitura de Belém pela atuação, através da Sesan, no Conjunto Promorar limpando o canal que lá existe e fazendo obras para acelerar a drenagem da água que ali ainda permanecia. Apontou que a Rodovia Arthur Bernardes permanecia interditada, mas logo seria desobstruída, e que a PMB iniciaria ainda neste dia, mesmo sob chuva, a obra na Avenida João Paulo II para acabar com os alagamentos naquela via. Solicitou especialmente aos vereadores Toré Lima, Pablo Farah, Igor Andrade e Joaquim Campos para que instassem os deputados federais com os quais mantêm contato em Brasília a destinar parte de suas emendas parlamentares a Belém, pois a capital do estado sofre com a falta de verbas. Recordou que os atuais deputados fizeram campanha em vários bairros de nossa cidade e prometeram destinar recursos ao município. Pediu ao governador Hélder Barbalho que, neste momento difícil, deixasse as divergências políticas de lado e trabalhasse junto à Prefeitura pela recuperação de Belém. Atualmente, lastimou, critica-se amiúde a atual gestão municipal, dizendo-se que o prefeito Zenaldo Coutinho, em dois mandatos, nada fez e são esquecidos os investimentos feitos em educação, saúde, recuperação de praças e logradouros. Entretanto, indicou, as duas gestões anteriores também tiveram dois mandatos e pouco fizeram para resolver o problema dos alagamentos. Destacou a importância de informar a população, na campanha eleitoral que se avizinha, sobre a real situação do orçamento da PMB, do quanto a Prefeitura dispõe para gastar e o que se pode fazer. Em aparte, manifestou-se o vereador Paulo Queiroz. Findo seu pronunciamento, a vereadora Simone Kahwege reassumiu a presidência da Mesa, mas, logo em seguida, solicitou ao vereador Fabrício Gama que assumisse a presidência da sessão. Manifestou-se posteriormente o vereador Joaquim Campos e também saudou o ex-governador Carlos Santos lembrando que, atuando ambos nos meios de comunicação de massa, já vivenciaram muitas coisas juntos. Coincidentemente, continuou, abordaria um assunto que remonta à época em que Carlos Santos governou o Pará. Relembrou que as obras de macrodrenagem da bacia do Tucunduba foram iniciadas em 1997 pela PMB e em 2008 passaram à responsabilidade do governo estadual. Inteiro que o orçamento total da obra – dividida em três fases – era de mais de 122 milhões de reais e beneficiaria os bairros do Guamá, Terra Firme, Canudos e Marco. Os investimentos para o saneamento e urbanização da Avenida Bernardo Sayão (Estrada Nova) chegaram aos 128 milhões de reais. O antigo canal a céu aberto, que existia em toda a extensão daquela via, foi fechado em galerias beneficiando cerca de 100 mil pessoas, notificou. A obra teve início em 2010, mas foi paralisada, sendo retomada pela gestão do atual prefeito. A macrodrenagem da bacia do Una, prosseguiu, beneficiaria cerca de 100 mil pessoas em 16 bairros, sendo considerada a maior obra de reforma urbana da América Latina, financiada com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do governo estadual. Foi entregue em 2005, tendo custado 310 milhões de dólares, mas em 2018 a PMB anunciou que faria um investimento de 90 milhões de reais para revitalização dos canais e redução dos alagamentos, complementou. Entretanto, contrapôs, apesar de todos esses investimentos milionários, o problema não foi resolvido e isto não se deve ao aumento populacional porque certamente este fator foi considerado nos projetos realizados. Elogiou a diligência do intendente Antônio Lemos em cuidar e melhorar a cidade, tendo construído o Bairro do Marco (antigo Marco da Léngua) com ruas amplas e retas. Reconheceu que Carlos Santos, por ter assumido o governo estadual por apenas nove meses, não pôde colocar em prática projeto algum, ainda mais por ter o Pará um território extenso. Disse respeitar o ex-governador por ter acompanhado as dificuldades que este enfrentou. Deplorou, porém, que tanto dinheiro tivesse sido gasto e as pessoas continuassem a conviver com os alagamentos em nossa cidade. Finalizou seu pronunciamento agradecendo ao ex-governador Carlos Santos por visitar este parlamento. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário do Expediente, iniciando-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco MDB – PHS, Joaquim Campos pediu a todos que tivessem muito cuidado com as *fake news* espalhadas pelos marxistas nas redes sociais. Disse que Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, pensa ser o presidente parlamentarista do Brasil, mas o povo brasileiro elegeu na verdade Jair Messias Bolsonaro o presidente, em regime presidencialista. Agora inventaram, ironizou, vindo da China comunista, o “comuna vírus”. Julgou serem tentativas de desarticular a grande manifestação que ocorreria no dia 15 de março vindouro e

serviria de exemplo, entrando para os anais da história do país. Convocou todos os brasileiros patriotas a dela participar, clamando pela liberdade. Estabeleceu que o Brasil é forte e o estado do Pará é mais forte ainda. Ateu ter muito orgulho de sua ascendência judaica, rememorando as perseguições sofridas pelos judeus em várias regiões do mundo e sua expulsão do território português, determinada pela Coroa. Para reduzir a discriminação, contou, os descendentes judaicos adotaram sobrenomes referentes à natureza ou espécies vegetais como Campos e Parreira. Os corruptos, canalhas e ladrões, alertou, fariam manifestações no dia 18 de março e tentariam parecer em pé de igualdade com os verdadeiros patriotas. Entretanto, assegurou, não o conseguiriam por serem decadentes. Ficaria então provado que Deus está acima de todos e guia os homens de bem que por Ele defenderão a pátria, custe o que custar. Conclamou os patriotas de verdade, sangue verde oliva, a ir às ruas no dia 15 de março e mostrar que são os donos do país, que o país pertence aos verdadeiros brasileiros e não a meia dúzia de canalhas e corruptos. Pela liderança do Republicano, Toré Lima homenageou sua filha, Elis Lima, que completava nesta data 23 anos de idade. Declarou ser ela um ser humano especial, de quem muito se orgulha, que o fortalece todos os dias, dando sentido à sua vida. Cotidianamente o ajuda, auxiliando-o até na atividade política, completou. Parabenizou-a, fazendo votos de que continuasse sendo iluminada e abençoada por Deus. Em seguida, reportou-se novamente ao requerimento que apresentaria nesta sessão solicitando a criação neste parlamento de uma comissão especial e que se convidasse a Seaster e a Sedop, pelo governo estadual, e a Funpapa e a Sesan, pelo governo municipal para, de forma conjunta, auxiliar as centenas de famílias que perderam seus utensílios básicos com as inundações. Participou que morou na periferia, teve sua casa alagada no passado e contribuiu aterrando a área com lixão, quando ainda era zona de estiva, mas não alagava tanto quanto hoje. Urge, salientou, que a Funpapa e a Seaster, que prestam auxílio às pessoas vitimadas por sinistros ou em vulnerabilidade social, atuem ajudando as pessoas vitimadas pelas enchentes. Comunicou que o governo municipal já solicitara apoio ao ministro do Desenvolvimento Social, senhor Alberto Beltrame, para enfrentar a situação. Defendeu que a Sedop retome as obras de macrodrenagem da bacia do Tucunduba, paralisadas porque a empresa responsável declinou o trabalho, fazendo um contrato emergencial. Pela liderança do PSDB, Nehemias Valentim exprimiu ser inútil tentar tapar o sol com a peneira e que aprendeu muito durante seus vinte anos de vida política e a cada dia aprende mais e mais. Lembrou que em 1997 e 1998 era vereador desta Casa e o prefeito de Belém era o hoje deputado federal Edmilson Rodrigues. Foi então chamado a ajudar na aprovação de um empréstimo para resolver o problema do canal do Tucunduba e dos canais laterais a ele. Tal projeto dificilmente seria aprovado na CMB naquele momento, relatou, e foi convencido a colaborar em sua aprovação porque o bairro em que atuava, a Terra Firme, além de Canudos e Marco seriam grandemente beneficiados. Naquela época, assinalou, não havia tantas invasões. A este respeito, acusou a esquerda de ter contribuído, e muito, para as invasões desordenadas não somente em Belém, mas em todo o país, pois promoviam invasões, principalmente em áreas alagadas e áreas de canais. Conseguiu então convencer alguns colegas vereadores da importância do canal do Tucunduba para a Terra Firme. Em resultado, foram feitos alguns canais – na Avenida Cipriano Santos, na Avenida Gentil Bittencourt e em outras vias – que hoje estão todos desabando, por serem obras malfeitas. Foram construídos canais até a Rua São Domingos, no Tucunduba, e o resto ficou de lado. Entretanto, avaliou, o dinheiro, liberado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, era suficiente para canalizar todo o Tucunduba. Edmilson Rodrigues ficou oito anos à frente da PMB, mas o trabalho não foi concluído, retomou. Quando Duciomar Costa assumiu a gestão municipal, a documentação relativa à prestação de contas das obras do Tucunduba simplesmente desapareceu e alguns afirmam que os computadores contendo tais registros foram jogados no próprio canal. Referiu ter assumido por dez dias a Prefeitura de Belém e, juntamente com o hoje deputado estadual Carlos Bordalo, criou uma força tarefa para tentar descobrir onde estava essa documentação para que o prefeito Duciomar Costa fizesse a prestação de contas e a obra do Tucunduba fosse retomada. Descobriu que não havia mais dinheiro e não havia documentação e a obra teve que ser repassada ao governo do estado. Arrematou que a briga política e a corrupção têm nortado muitas obras no Brasil em prejuízo da população: o interesse político partidário se sobrepõe aos interesses do povo brasileiro. Pela liderança do PSB, Igor Andrade solidarizou-se aos moradores de Belém que sofreram com os alagamentos. Ajuzou ser um fenômeno natural do qual a grande maioria não tem como se proteger, pois quando coincidem chuvas intensas e maré alta o caos está formado. Aludiu ao caso da senhora Maria Mescouto, de 90 anos de idade, moradora do Bairro do Marco há 47 anos, residindo na Travessa Timbó com o canal da Passagem José Leal Martins, cuja casa jamais havia anteriormente alagado. Entretanto, no sábado anterior, sua moradia foi inundada e ela perdeu todos os seus móveis – geladeira, fogão, sofá, guarda-roupa e cama entre eles. Esclareceu não responsabilizar o prefeito, o governador e muito menos o presidente da República por esta calamidade, mas entendia ser fundamental a interação entre os poderes públicos para dar uma resposta eficiente a esses moradores. Mencionou que o governo federal, através da Defesa Civil, podia ajudar, o governo estadual também podia fazê-lo através da Seaster e a PMB do mesmo modo, através da Funpapa e da Defesa Civil de Belém. Registrou que o governo estadual dispõe de um valor a ser dado, através do cheque moradia, para reconstrução de casas danificadas. Há também o benefício fornecido pela Seaster, de até três salários mínimos, para reconstrução e compra de utensílios perdidos nos alagamentos, mediante um laudo fornecido pela Funpapa, adicionou. Cientificou ter protocolado nesta Casa, através de um requerimento e de um projeto de lei, a criação do Auxílio Inundação destinado a famílias com renda familiar de até dois salários mínimos atingidas por alagamentos. Pela liderança do Governo, Wilson Neto manifestou solidariedade às pessoas vitimadas pelas inundações. Ressaltou não estar subindo à tribuna para fazer proselitismo político, pois o momento era de dar as mãos. Expôs ter acompanhado através da imprensa vários desastres naturais ocorridos nos últimos dias no país, classificando as enchentes que atingiram Belém também como um desastre natural, pelos elevados índices pluviométricos, pelo enorme volume de água que caiu sobre a cidade. Frisou não estar culpando São Pedro pelo desastre, apenas reconhecendo um fato. Em São Paulo, comparou, atingida por uma precipitação pluvial três vezes menor, houve mortos, pessoas desaparecidas e prejuízos muito maiores que os registrados em nossa cidade. Reiterou ter havido em

Belém um desastre natural, um acontecimento de intensidade muito maior do que o esperado, apesar de ser uma região amazônica sujeita a muitas chuvas. Reafirmou ser fundamental a solidariedade neste momento difícil, que todos deem as mãos para buscar soluções e, pelo menos, amenizar o sofrimento da população. A atual gestão municipal tem se esforçado para minimizar os efeitos deletérios do inverno amazônico, garantiu. Reconheceu, porém, que os objetivos pretendidos não foram alcançados. Chamou a atenção para a grande quantidade de detritos retirada pela PMB dos canais – geladeiras, vasos sanitários, colchões e até carcaças de carros. Neste sentido, opinou, reduzir os alagamentos requer um trabalho contínuo não apenas do poder público, mas também da população. Agradeceu o pronunciamento anterior do vereador Nehemias Valentim por resgatar parte da história e mostrar que em gestões anteriores houve a possibilidade de resolver ou minimizar o problema dos alagamentos em nossa cidade. Pediu então que se estabelecesse neste parlamento um debate responsável sobre o tema, de forma honesta e solidária com as famílias atingidas, sem usar o sofrimento das pessoas como parte das disputas eleitorais. Findo o período estabelecido regimentalmente, encerrou-se o Horário de Liderança. O presidente Fabrício Gama pediu então aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente para a realização de nova verificação de presença. Findo este prazo, fez-se esta verificação. Permanecendo a falta de quórum, o presidente encerrou a sessão às dez horas e vinte minutos. Estavam licenciados os vereadores Altair Brandão e Dr. Elenilson. Justificaram suas ausências os vereadores Enfermeira Nazaré Lima, Gleisson, Rildo Pessoa. Estiveram presentes os vereadores: Mauro Freitas, Professor Elias e Pablo Farah, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, pelo bloco PMN – PR – PEN - Solidariedade; Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD - PTC; Wellington Magalhães e Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; John Wayne e Joaquim Campos, pela bancada do MDB; Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim, Paulo Queiroz e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Adriano Coelho, pela bancada do PDT; Dr. Chiquinho e Fernando Carneiro, pela bancada do PSOL; Simone Kahwage, Wilson Neto e Toré Lima, pela bancada do Republicano; Neném Albuquerque, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 11 de março de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. HENRIQUE SOARES

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 007, de 10 de março de 2020.

Concede Licença Saúde à Senhora Vereadora **Blenda Quaresma**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belém, estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedidos à Senhora Vereadora **Blenda Quaresma**, de acordo com o disposto no art. 51, inciso I, alínea “a” e art. 65 “caput” da Lei Orgânica do Município de Belém, combinado com o art. 53 da Resolução nº 15, de 16.12.92 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, e, considerando deliberação da Mesa Diretora na Sessão Ordinária do dia **10.03.2020**, na forma do art. 146, alínea “a” § 1º da Resolução nº 15, de 16.12.92, e art. 5º da Resolução nº 044, 04.05.2004, **15 (quinze)** dias de Licença saúde, no período de **04 a 18/02** do corrente ano, conforme Processo nº **283/2020**.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **04/02/2020**.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 10 de março de 2020.

Ver. MAURO FREITAS

Presidente

Ver. JOHN WAYNE

1º Secretário

Ver. EMERSON SAMPAIO

2º Secretário, em exercício